



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL ELEITORAL

O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB, devidamente registrado no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, vem, com o respeito e o acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritos *in fine*, com fulcro na legislação de regência e em especial nos artigos 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal, apresentar a presente **REPRESENTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:



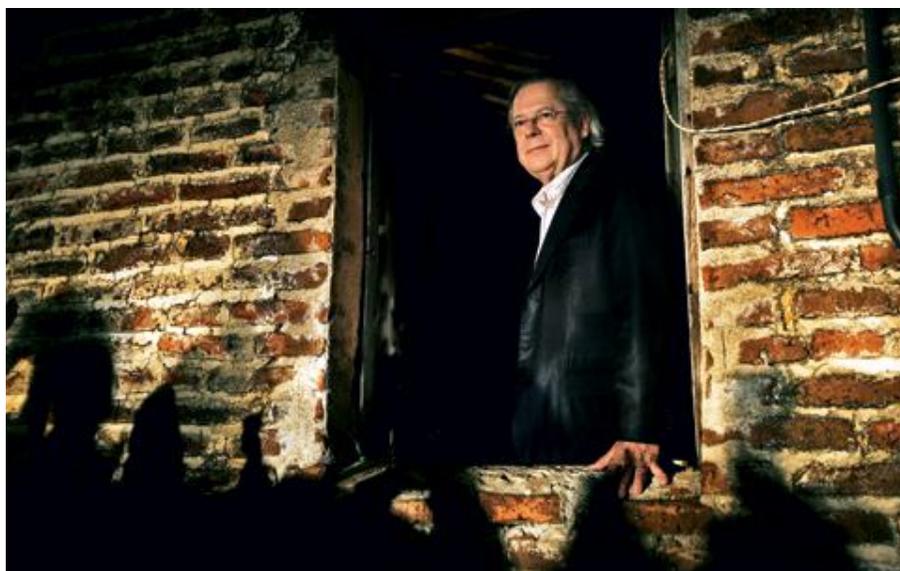
I – SÍNTESE DOS FATOS E DO ATO ILÍCITO

A página do Sindicato dos Policiais Federais do Rio de Janeiro (<http://ssdpfrj.org.br/2012/06/dirceu-arma-seu-bunker/>) traz a seguinte matéria, datada do dia 16 de junho de 2012:

DIRCEU ARMA SEU BUNKER

16 de junho de 2012 por ascom

O ex-ministro contrata um batalhão de advogados e assessores, vai municiar as redes sociais e articula manifestações de apoio para enfrentar o julgamento no STF



APELO ÀS RUAS Dirceu convoca sindicalistas e estudantes para pressionar por sua absolvição

*No sábado 2, trajando blazer preto e camisa azul clara, o ex-ministro José Dirceu entabulou uma conversa ao pé do ouvido com o deputado federal Devanir Ribeiro (PT-SP). O bate-papo aconteceu minutos antes do pré-lançamento de Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo. Dirceu deixava claro para o deputado, que é compadre do ex-presidente Lula, seu estado de ânimo para encarar o julgamento do mensalão no STF, onde ele é acusado por formação de quadrilha e corrupção ativa. “Se eu morrer, será lutando”, disse o ex-ministro. A expressão heróica utilizada por José Dirceu significa que ele está trabalhando duro para enfrentar o julgamento marcado para começar no dia 1º de agosto. **Desde maio, ele prepara um arsenal pesado para atravessar o que chama de “um dos momentos mais críticos” de sua trajetória política.** Para não ser condenado a até 12 anos de prisão, e acabar alijado definitivamente da vida pública, o homem que um dia presidiu o PT e foi o principal ministro do governo Lula montou um bunker de assessores e advogados, investiu na contratação de uma empresa especializada em redes sociais,*



passou a articular manifestações de apoio com sindicalistas, intelectuais e artistas e se reaproximou de organizações estudantis. “Você fala ‘oi’ para o Zé e ele fala em julgamento”, contou à ISTOÉ o deputado Devanir. “É um projeto legítimo dele, tentar mobilizar pessoas e angariar apoios”.

Quem comanda a defesa de Dirceu é José Luiz Oliveira Lima, dono de um escritório com 11 advogados, localizado no 32º andar do prestigiado Edifício 50, na Avenida São Luiz, em São Paulo. Aos 45 anos, Juca, como gosta de ser chamado, especializou-se em Direito Penal, especialmente em delitos tributários. Já defendeu o banqueiro Daniel Dantas, acusado de lavagem de dinheiro e crime financeiro. Também teve entre seus clientes famosos o ex-banqueiro italiano Salvatore Cacciola. Embora esteja ao lado de Dirceu desde 2005, Juca pretende, com a iminência do julgamento, intensificar seu trabalho. “A partir de agosto, terei de ficar mais tempo em Brasília”, contou à ISTOÉ. O advogado diz estar seguro de que não há provas suficientes para condenar seu cliente. “As alegações finais apresentadas pelo Ministério Público nada mais são do que uma peça de ficção, pois em nenhum momento apontam de maneira concreta, baseada em provas, os motivos que justificariam a condenação do ex-ministro”, defende o advogado.



Para espalhar essas ideias da defesa pelo País, José Dirceu age em várias frentes. Uma das batalhas acontecerá nas redes de relacionamento. Ele contratou uma firma de ativistas digitais, a Interagentes, que está encarregada de disseminar pela internet argumentos por sua absolvição, tentando conquistar formadores de opinião. Velha conhecida das correntes de esquerda, a Interagentes já fez trabalhos para o PT e se compromete a travar uma “guerrilha virtual” por intermédio do twitter e do facebook. A frente de comunicação foi reforçada com a contratação do jornalista Luiz Fernando Rila, que se licenciou da empresa FSB para assessorar exclusivamente o ex-ministro durante o julgamento do mensalão. Desde o fim do último mês, Rila tem feito a “ponte” de José Dirceu com a imprensa. Ao seu lado, trabalha Edmilson Machado, afastado da empresa Máquina da Notícia para dedicar-se a Dirceu. Os dois unem-se a Aristeu Moreira, responsável há dois anos pelo blog do ex-ministro. Machado acompanha o noticiário e organiza os discursos do



ex-ministro. Caberá a ele também coordenar as redes sociais. "Faremos uma disseminação de conteúdo", diz Machado.

Uma das primeiras tarefas da nova equipe contratada pelo petista foi estreitar as relações de Dirceu com sindicalistas, artistas, intelectuais e organizações estudantis. Nos próximos dias, Dirceu participará de um encontro no Rio de Janeiro com intelectuais e gente do meio artístico. O evento é organizado pelo produtor cinematográfico, Luiz Carlos Barreto, amigo de longa data de Dirceu, e por Flora Gil, mulher do cantor e ex-ministro Gilberto Gil. O ex-ministro pretende transformar a reunião num ato público de apoio, insistindo na tese de que é alvo de um processo político e não jurídico. **O discurso é antigo, mas passará a ser entoado com mais força com a proximidade do julgamento no STF.** Os convidados ainda receberão um CD contendo o resumo das acusações, provas produzidas e argumentos da defesa de José Dirceu no processo. Outra reunião, prevista para ocorrer no próximo mês, está sendo articulada a pedido de Dirceu com a "turma de Ibiúna", composta por militantes que foram presos juntos com ele durante o 30º Congresso da UNE em 1968, em Ibiúna, cidade da região metropolitana de São Paulo. "Não sou PT, sou amigo do Zé", justificou o médico homeopata, Luiz Bettarello, um dos integrantes da turma. "Vamos nos solidarizar e buscar ampliar apoio". Bettarello diz acreditar na inocência do amigo. "Não há provas contra ele", defende.



**"A gente dá oi pro Zé e o Zé já fala em julgamento"
Devanir Ribeiro, deputado federal pelo PT-SP**

A estratégia de convocar militantes para pressionar os ministros do STF vem sendo discutida por Dirceu desde o último mês em churrascos com amigos na sua casa em Vinhedo. A primeira incursão pública aconteceu no último dia 9, durante o 16º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Para uma inflamada platéia, Dirceu conclamou os estudantes a irem às ruas defendê-lo no que chamou de "batalha final". "Todos sabem que este julgamento é



uma batalha política. E essa batalha deve ser travada nas ruas também porque senão a gente só vai ouvir uma voz, a voz pedindo a condenação, mesmo sem provas. É a voz do monopólio da mídia. Preciso do apoio de vocês”, discursou Dirceu, aplaudido pelos 1.100 estudantes que lotaram o auditório da Uerj. Apesar dos aplausos, a entidade, no entanto, não decidiu aderir totalmente, como constatou ISTOÉ. O presidente da UJS disse que a entidade “ainda irá deliberar” sobre o assunto. “A União não decidiu se fará mobilizações, mas uma parcela considerável da juventude apóia José Dirceu e nutre simpatia pela sua trajetória no movimento estudantil”, ponderou André Tokarski.

De maneira mais discreta, o petista já havia pregado a mobilização em favor de sua absolvição no STF em pelo menos outras três reuniões. Em Porto Alegre, há duas semanas, ao lado de integrantes do diretório nacional do PT, e em Brasília e no Rio de Janeiro, durante congresso da CUT. Como contou um sindicalista ligado aos bancários que participou de uma dessas reuniões, Dirceu prega que o caso do mensalão “não passa de uma luta por espaço político” e que os petistas não podem “baixar a guarda”. Em um seminário realizado pela turma de Direito da USP, do Largo São Francisco, no dia 30 de maio, coordenado pelo jurista Dalmo Dallari, o tema “influência da mídia nos julgamentos” foi abordado e o evento acabou se transformando num ato de apoio a Dirceu, que, por problemas de agenda, não esteve presente. Por intermédio de sua assessoria, porém, Dirceu negou que tivesse organizado o seminário. Ele também nega que os atos de apoio, ainda por vir, sejam parte integrante de sua estratégia para escapar da condenação.



As negativas se explicam. Nos últimos dias, Dirceu foi aconselhado por assessores a evitar, por ora, o tema manifestações públicas, devido à repercussão negativa já provocada pelo discurso incendiário feito para os estudantes. A agenda dos próximos encontros está mantida, mas os eventos serão tratados como discretos e reservados. “A repercussão do evento da Juventude Socialista acabou sendo muito ruim”, admite um petista ligado ao ex-ministro. A história, inclusive, ensina que convocações desse porte podem sair de controle e até se tornarem um tiro no pé. Em 1992, o então presidente da República Fernando Collor de Mello, enfrentando as acusações que levariam a seu



impeachment, conclamou a população a sair às ruas vestida de verde e amarelo, em sinal de apoio. O que se viu, no entanto, foi justamente o contrário: a maioria dos brasileiros preferiu o preto, como forma de protesto. A prudência do PT também é motivada pela constatação de que, embora o ex-ministro mantenha grande a influência na cúpula petista, ele não controla mais a máquina partidária como antes. Dirceu, com seu estilo centralizador, deixou ressentimentos dentro do PT e não teria mais condições de arrastar às ruas um contingente expressivo de militantes leais. O assunto é evitado pelos cardeais petistas. "Não penso nada a respeito de qualquer tipo de pressão que o Zé Dirceu possa fazer. Na verdade, prefiro mesmo é ficar longe desse assunto", esquiva-se o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP). A própria linha de defesa de Dirceu também provocou insatisfação, principalmente entre petistas ligados aos demais réus do mensalão. Nas alegações finais de um documento de 160 páginas produzido no final do ano passado, José Dirceu afirma que, depois de ter virado ministro, afastou-se da gestão do PT, o que, portanto, o livra de qualquer responsabilidade pelo que fez o partido. Com os argumentos para negação de autoria, a defesa do ex- ministro repassa a culpa pelo que a Procuradoria da República chamou de "compra sistemática de apoio de deputados federais ao governo Lula", para o colo do ex-presidente da legenda, José Genoíno, e do ex-tesoureiro Delúbio Soares. "A defesa jogou contra os outros petistas envolvidos no processo e por isso não há disposição de ajudá-lo agora", reconhece o advogado de um dos mensaleiros acusados. Ao que parece, somente os réus unidos seriam capazes de encher vários ônibus de militantes e colocá-los em frente ao STF, como ameaçou Dirceu no comício para os estudantes.



CHURRASCOS Dirceu definiu a linha de sua defesa em reuniões com amigos em sua casa em Vinhedo

Apesar de constrangimentos nas bases, Dirceu ainda tem muitos figurões do partido dispostos a brigar por ele e exercerem pressão nos bastidores. Há duas semanas, por exemplo, os deputados federais petistas Odair Cunha (MG) e Paulo Teixeira (SP), se reuniram com o ministro do STF Dias Toffoli, que foi advogado do PT e namora Roberta Maria Rangel, defensora de três acusados do mensalão. No partido, Paulo Teixeira é o encarregado de fazer a conexão entre os acusados, os advogados e os ministros do tribunal. Toffoli tem sido procurado por representantes do PT pedindo que ele participe do julgamento, embora a maioria dos ministros defenda,



reservadamente, que ele se declare impedido de julgar os ex-colegas. Na reunião com os dois deputados, Toffoli pediu para um assessor sair da sala. Teixeira confirmou a conversa à ISTOÉ. O petista nega, porém, que ele tenha marcado a audiência a pedido de mensaleiros ou mesmo de José Dirceu. “Fui tratar de questões minhas. Até porque o Dirceu não precisa de mim para pedir nada ao Toffoli. Seria como colocar um intermediário para falar com um filho”, disse Teixeira. A confirmação do início do julgamento pelo STF desagradou ao PT. O partido teme que, no calor da campanha eleitoral, o mensalão torne-se combustível para a oposição e, conseqüentemente, mais desgaste para os acusados. “Já imaginávamos que ia ter pressão, mas não que segmentos do Supremo seriam tão suscetíveis assim. Aqui tem ministro do Supremo com vocação para pop star”, criticou o deputado André Vargas (PR), Secretário de Comunicação do PT.



**“O juiz está acima das manifestações”
Marco Aurélio Mello, ministro do STF**

No STF, alguns ministros responsáveis por julgar o processo insistem em minimizar as pressões. “É legítimo fazer pressões sejam elas quais forem, de rua ou de bastidores. Juiz está acima dessas manifestações”, diz o ministro Marco Aurélio Mello. “O STF não marcou a data do mensalão por pressão pública. O STF não precisa de nenhuma pressão para cumprir o dever constitucional de julgar os processos que lhe são entregues”, afirmou o presidente do tribunal, ministro Carlos Ayres Britto. Questionado sobre a convocação de Dirceu às massas, Marco Aurélio alega que movimentos semelhantes foram registrados também quando a Corte julgou a legalidade das pesquisas com células-tronco, atraindo o barulho de manifestantes contrários ou favoráveis à lei na porta do STF. A pretensão dos ministros de suavizar o clima das pressões é compreensível, embora eles certamente saibam que a comparação não é perfeita. As manifestações a que Mello se refere diziam respeito a interesses legais de determinados grupos sociais, envolvendo pesquisa científica e princípios religiosos. **Já no caso do mensalão, seriam manifestações de forte cunho político, articuladas por interesses próximos a dois outros poderes da República. E sobre uma acusação de crime.**



As "articulações" do Sr. José Dirceu, ao que parece, surtiram efeito, pois segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo, do dia 09 de julho de 2012, o novo presidente da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT**, Sr. Vagner Freitas, teria ameaçado mobilizar seus integrantes para defender os réus no processo do "mensalão", que será julgado pelo Supremo Tribunal Federal no próximo mês, contra um suposto "*juízo político*". Este o teor da notícia veiculada:

CUT DIZ QUE IRÁ ÀS RUAS PARA DEFENDER RÉUS DO MENSALÃO
FSP - 9.7.12

O novo presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, 46, diz que pode levar às ruas a força da maior central sindical do país para defender os réus do mensalão, que começarão a ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal em agosto.

"Não pode ser um juízo político", disse Freitas à Folha. "Se isso ocorrer, nós questionaremos, iremos para as ruas." Freitas será empossado presidente no congresso que a CUT realizará nesta semana em São Paulo.

A abertura do evento hoje deverá contar com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A central nasceu como uma espécie de braço sindical do PT nos anos 1980 e a maioria dos seus dirigentes é filiada ao partido.

Freitas disse temer que o juízo do mensalão se transforme em mais um campo de batalha entre os petistas e seus adversários, e afirmou que isso poderia colocar em risco os avanços sociais conquistados pelo país após a chegada do PT ao poder.

"Nós vivemos um bom momento político e a estabilidade é importante para os trabalhadores", disse o sindicalista. "Não queremos um país desestabilizado por uma disputa político-partidária, entre o bloco A e o bloco B."

Se isso acontecer, a central não ficará de braços cruzados: "A CUT é um ator social importante e não vai ficar olhando", afirmou Freitas.

Em 2005, quando o escândalo do mensalão veio à tona, a CUT reuniu 10 mil pessoas em Brasília para uma manifestação em defesa do governo Lula. O protesto foi organizado logo depois da queda do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, um dos réus do processo no STF.

Nos últimos meses, sindicatos ligados à CUT serviram frequentemente de palco para os réus do mensalão apresentarem sua defesa. O próprio Dirceu foi a congressos estaduais da central neste ano para falar sobre a conjuntura política e o juízo.

No ano passado, foi numa plenária da CUT em Guarulhos, na Grande São Paulo, que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares lançou uma campanha para mobilizar militantes em sua defesa.



Delúbio, que foi dirigente da CUT antes de cuidar das finanças do PT, foi expulso do partido no auge do escândalo e reintegrado no fim do ano passado. Ele e Dirceu receberam manifestações de apoio nos encontros da central.

Ligado ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Freitas será o primeiro representante da categoria a comandar a CUT, que foi dirigida por metalúrgicos do ABC paulista na maior parte dos seus quase 30 anos de existência.

Há duas semanas, ele liderou uma manifestação que reuniu 2.000 militantes na avenida Paulista, no centro de São Paulo, para protestar contra a situação do transporte público da cidade e fazer ataques ao prefeito Gilberto Kassab (PSD) e ao governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Nas eleições deste ano, os problemas na área de transporte são um dos principais temas do candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad. O ex-governador José Serra (PSDB) concorre com o apoio de Kassab e Alckmin e é apontado pelas pesquisas como favorito.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/53460-cut-diz-que-ira-as-ruas-para-defender-reus-do-mensalao.shtml>

As declarações do o novo presidente da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT**, Sr. Vagner Freitas, ganharam farta repercussão na mídia nacional, conforme abaixo:

PRESSÃO DA CUT

OG - 10.7.12 - MERVAL PEREIRA

A ameaça que o novo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas - o primeiro bancário a assumir o cargo -, fez ontem, em entrevista à "Folha", de levar às ruas seus associados caso considerem que o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi "político" e não "técnico", é mais um dos vários movimentos de pressão que os petistas estão levando a cabo nos últimos meses.

A CUT e os sindicatos estão perdendo força no governo Dilma, que, segundo ele, tem sido "inflexível" nas negociações com os servidores federais, em greve há um mês por aumento de salários.

O ex-presidente Lula deve participar da posse do novo presidente da CUT, mas não está prevista a presença da presidente Dilma.

A ameaça, que certamente é um erro estratégico que já foi abandonado por José Dirceu, pode ser uma maneira de a CUT fortalecer os laços com o PT e forçar uma negociação em melhores bases com o governo federal.

Mas, em relação ao Supremo, o resultado deve ser o mesmo incômodo que Dirceu provocou ao conclamar a Juventude Socialista e a UNE a sair às ruas para defendê-lo no processo do mensalão.

Ameaçar o Supremo, especialmente com a truculência dos sindicalistas, não é a melhor posição para os réus, e isso os advogados já haviam prevenido a eles.



E o que seria um julgamento "técnico"? Um cujo resultado seja a absolvição de todos os mensaleiros? E uma eventual condenação de petistas seria indicativo de que o julgamento foi "político"?

Lula teve uma trajetória interessante da sua fase de líder sindicalista até a Presidência da República. Ele defendia o fim da Era Vargas, dizia que a CLT é o "AI-5 dos trabalhadores" e ironizava Vargas como sendo o "pai dos pobres e mãe dos ricos".

Hoje, a CLT e a unicidade sindical (apenas um sindicato por categoria em cada município), marcos da Era Vargas, persistem e foram aprofundados com o reconhecimento das centrais sindicais e o aparelhamento do Estado, atualizando o peleguismo e o corporativismo.

A lei sancionada pelo presidente Lula que reconhece as centrais sindicais teve um veto ao artigo que determinava ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalização do imposto sindical compulsório que passaram a receber, sob a alegação de que o governo respeita a autonomia e a liberdade sindicais.

Essa é apenas uma desculpa esfarrapada, pois, na medida em que as centrais sindicais passaram a receber um dinheiro da contribuição compulsória dos trabalhadores, por força de uma decisão governamental, a independência já está comprometida.

O dinheiro é público, porque ele é tirado à força a partir de um poder que só o Estado tem. O dinheiro que o trabalhador é obrigado a dar aos sindicatos deixa de ser privado, passa a ser um imposto, afirmam especialistas.

O imposto sindical é um resíduo do sindicalismo pelego, criado por Getúlio Vargas, que considerava os sindicatos como entidades "auxiliares do Estado".

Essa verdadeira "república sindicalista" foi sendo moldada à medida que decisões ampliaram o espaço de atuação e revitalizaram as finanças do sistema sindical brasileiro.

O governo Lula passou a negociar diretamente com os sindicalistas o aumento do salário mínimo, por exemplo, antes de enviá-lo ao Congresso. Autorizou também os sindicatos a criar cooperativas de créditos.

Além disso, permitiu-lhes instituir, na reforma da Previdência Social, planos de previdência complementar. Como as regras só permitem planos de previdência fechados, os sindicatos não terão muita concorrência privada.

Uma medida em especial reforçou o poder de fogo das centrais sindicais: a autorização para que empréstimos sejam dados com desconto na folha de pagamento, com a intermediação dos sindicatos, o famoso crédito consignado.

A lei 11.648/2008 ressuscitou o papel do Estado como indutor da organização sindical, criando as centrais, que não existiam legalmente. O PT e a CUT, do deputado Vicentinho, aliaram-se à Força Sindical, do deputado Paulinho, do mesmo PDT do ministro do Trabalho, e aprovaram a lei a título de "reconhecimento histórico" das centrais.

Na Constituinte de 1988, o modelo sindical da Era Vargas foi superado em parte, e a associação profissional ou sindical passou a ser "livre", determinando ainda a Constituição que "a lei não poderá



exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

As centrais sindicais não faziam parte da pirâmide organizacional sindical, espelhavam uma realidade (e, sobretudo a CUT, tinham grande força de coordenar os sindicatos e a ação sindical), mas não faziam parte do arcabouço jurídico que estruturara esse modelo sindical.

Pela Constituição, o Estado "não tem de legitimar ou autorizar o funcionamento de entidades sindicais e fica-lhe vedado interferir ou intervir em qualquer organização sindical". A "legalização" das centrais sindicais foi chamada de "pelegalização".

É nesse ambiente que o novo presidente da CUT tomará posse, já com uma vasta agenda política que se encaixaria melhor no governo Lula do que no de Dilma.

Na coluna de domingo usei a expressão "fundos de pensões", quando o correto é "fundos de pensão".

http://psdb.empauta.com/e/mostra_noticia.php?cod_noticia=1017911202

A CUT TENTA INTIMIDAR O STF

OESP – 1.7.12 – EDITORIAL

Não engana a ninguém o recuo do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, prestes a ser empossado, da sua estrepitosa ameaça ao Supremo Tribunal Federal (STF), a propósito do mensalão. "Não pode ser um julgamento político. Se isso ocorrer, nós questionaremos, iremos para as ruas", afirmou, segundo a Folha de S.Paulo de segunda-feira. Estampado o desafio e decerto repreendido por algum grão-mensaleiro, alertado por sua vez pelos seus advogados, Freitas deu uma aparente guinada. "Não temos dúvida nenhuma de que teremos um julgamento técnico", entoou, magnânimo, aproveitando para cobrir o Supremo de elogios. "Era isso o que eu gostaria de ter dito." Faltou combinar com o ainda titular da central, Artur Henrique Santos. Em discurso no 11.º congresso da entidade que ele chamou, sem corar, de "independente e autônoma" – mas no qual as estrelas da festa eram os réus "companheiros" José Dirceu, o ex-ministro de Lula, e Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do PT, além do candidato petista à Prefeitura paulistana, Fernando Haddad –, Henrique fez um paralelo entre a denúncia do mensalão e o afastamento do presidente paraguaio Fernando Lugo. Fiel à versão de Lula para o escândalo, devidamente adotada pelo PT, o sindicalista disse que o impeachment de Lugo "foi o que tentaram fazer neste país em 2005", com a revelação, a seu ver fabricada, do esquema da compra de votos de deputados em benefício do governo petista. Até aí, nada de mais. Faz tempo que jaz em camadas profundas o perdão que Lula pediu aos brasileiros, no momento de fraqueza em que também se declarou traído. O ponto é que, enquanto o bancário Vagner Freitas fingia abafar o repto ao STF, o eletricitário Artur Henrique o inchava. Fazendo praça do fato sabido de que a CUT toma partido na política, embora, como as congêneres, seja subsidiada pelo imposto sindical – todas poupadas por Lula de



*prestar contas dos milhões embolsados – Henrique avisou que a organização sairá às ruas “para impedir o retrocesso e a volta da direita”. Ele se referia às próximas eleições municipais, mas não seria necessário ostentar a credencial de “petista histórico”, como diz a companheirada, para entender que o objeto oculto da falação era o Supremo. O silogismo é elementar: se o desvendamento do mensalão foi uma tentativa de golpe, o mesmo vale para as suas consequências: a peça do procurador-geral da República, acolhida pela Corte, expondo, um a um, os membros da “sofisticada organização criminosa” responsável pela lambança, e as eventuais condenações dos réus petistas, a começar do ex-presidente da sigla José Dirceu. Veredictos “técnicos”, como disse Freitas na sua falsa retratação, serão os que absolverem os mensaleiros. **Sentenças condenatórias serão necessariamente políticas, golpistas – merecedoras, antes até que se consumam, da justa ira do “povo trabalhador”, como Lula gosta de dizer.** Mas de que “golpe” se trata? Excluída, por insana, a derrubada da presidente Dilma Rousseff, será a possível eleição do tucano José Serra em São Paulo? Ou a reeleição do aecista Márcio Lacerda em Belo Horizonte? Assim como os terrores de que padecem os paranoicos, a teoria conspiratória cutista tem um fundo de verdade. Perdas eleitorais importantes para o PT este ano – que a sigla tratará de atribuir ao julgamento no STF – poderiam ter efeitos adversos para a reeleição de Dilma, apesar dos seus estelares índices de popularidade. O destino pessoal da presidente por quem a CUT morre cada vez menos de amores é, em si, secundário. O desejo cutista que não ousa dizer o nome é a candidatura Lula já em 2014. Nada deve pôr em risco a perpetuação no poder da sigla de que emana. A soberba, como se sabe, cega. A truculência também. Imaginam os dirigentes da CUT que o Supremo se deixará intimidar por seus arreganhos? Ou que a organização tem meios de criar no País um clima de convulsão capaz de “melar” o julgamento que tanto temem? Em outras palavras, por quem se tomam? Mas, no seu primarismo, as investidas do pelegato petista servem para lembrar à opinião pública a medida do seu entranhado autoritarismo e de sua aversão à democracia.*

<http://digital.estadao.com.br/download/pdf/2012/07/11/A3.pdf>

Pois bem, já foi uma tradição da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT** organizar eventos sociais de grandes proporções no país a propósito de reivindicar direitos trabalhistas para o seus filiados, porém, sinal dos tempos, o seu mote não é mais o discurso sindical propriamente dito, mas o político-eleitoral.



De fato, se depreende da declaração do novo presidente da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT**, Sr. Vagner Freitas, não uma posição sindical, mas uma puramente política-eleitoral, totalmente desvinculada dos seus objetivos institucionais: A defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, postos no art. 7º da Constituição Federal.

Ora, o mínimo que se pode denotar dos dizeres acima é que os sindicalistas de outrora chamariam essas declarações de "*discurso de pelego*", tendo em vista o tom "*chapa branca*" dessa defesa aos agentes políticos envolvidos no maior caso de corrupção ocorrido no Brasil, manifestada numa homilia despida de um tom crítico e exigente, que sempre foi – ou pareceu ser – a razão de existir dessa combativa instituição sindical.

E a atitude servil desse suposto sindicalista poderia ficar apenas no campo da defesa dos acusados de corrupção, não fosse a sua clara intenção de coagir a mais alta corte do País, com uma clara e grave ameaça de intervenção no processo judicial que será julgado no próximo mês.

Realmente, o Sr. Vagner Freitas, em conluio com um dos réus do processo, no alto de sua arrogância e menosprezando a capacidade técnica dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em tom ameaçador, disse que se houver um "*julgamento político*" do caso "*a central não ficará de braços cruzados*", uma vez que "*a CUT é um ator social importante e não vai ficar olhando*".

Desta feita, o novo presidente da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT**, Sr. Vagner Freitas, ao ameaçar o Supremo Tribunal Federal atenta contra a Administração da Justiça, incorrendo no crime previsto no art. 344 do Código Penal, que apena com reclusão, de



um a quatro anos, e multa, quem *"usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral"*.

Neste passo, a intenção ilícita é evidenciada quando o sindicalista afirma que se houver um *"julgamento político"*:

"A central não ficará de braços cruzados"

"A CUT é um ator social importante e não vai ficar olhando"

"Nós vivemos um bom momento político e a estabilidade é importante para os trabalhadores"

"Não queremos um país desestabilizado por uma disputa político-partidária, entre o bloco A e o bloco B"

De outra parte, não bastasse a grave ameaça contra o STF, a utilização de recursos públicos recebidos pela **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT** para o custeio da mobilização de seus filiados contra a Justiça Brasileira e em favor de um dos réus configura verdadeira **malversação de recursos públicos da CUT**, equiparada ao crime de peculato, que, nos termos do artigo 552 da CLT, deve ser julgado e punido de acordo com a legislação penal.

Art. 552 - Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais ficam equiparados ao crime de peculato julgado e punido na conformidade da legislação penal.



II - DA CONCLUSÃO

Assim sendo, diante da legitimidade ativa de Vossa Excelência, bem como a função institucional do Ministério Público Eleitoral em defesa da ordem pública, com base nos argumentos colacionados na presente Representação, requer-se sejam apuradas as responsabilidades e adotadas as medidas cabíveis.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 24 de julho de 2012.

AFONSO ASSIS RIBEIRO
OAB/DF nº 15.010

GUSTAVO KANFFER
OAB/DF nº 20.839